

Cláudia Barros Portocarrero & Filipe Ávila

# Direito Penal

*Decifrado*

2<sup>a</sup>  
edição

PARTE GERAL

COORDENAÇÃO  
Cláudia Barros  
Filipe Ávila  
Rogério Greco



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 29.11.2022
- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2023 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Esta obra passou a ser publicada pela Editora Método | Grupo GEN a partir da 2ª edição.
- Capa: Bruno Sales Zorzetto
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

P883d  
2. ed.

Portocarrero, Cláudia Barros  
Direito penal decifrado : parte geral / Cláudia Barros Portocarrero, Filipe Ávila ; coordenação Cláudia Barros, Filipe Ávila, Rogério Greco. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2023.

(Decifrado)

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5964-635-7

1. Direito penal - Brasil. 2. Serviço público - Brasil - Concursos. I. Ávila, Filipe. II. Greco, Rogério. III. Título. IV. Série.

22-80718

CDU: 343.2(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# Sumário

<b>1</b>	<b>Fontes e interpretação da lei penal .....</b>	<b>1</b>
1.1	Fontes do Direito Penal.....	1
1.1.1	Conceito.....	1
1.1.2	Fontes materiais/de produção/substanciais .....	1
1.1.3	Fontes formais/de conhecimento/cognitivas/de manifestação .....	2
1.2	Interpretação da lei penal .....	8
1.2.1	Conceito.....	8
1.2.2	Espécies de interpretação .....	9
1.3	Interpretação analógica e analogia .....	13
1.3.1	A dúvida.....	16
1.3.2	Retroatividade da lei interpretativa maléfica .....	16
<b>2</b>	<b>Conflito aparente de normas.....</b>	<b>17</b>
2.1	Conceito .....	17
2.2	Princípio da especialidade.....	18
2.3	Princípio da subsidiariedade.....	18
2.4	Princípio da consunção ou absorção.....	19
2.4.1	Crime complexo .....	21
2.4.2	Crime progressivo .....	21
2.4.3	Progressão criminosa .....	21
2.4.4	<i>Antefactum</i> e <i>postfactum</i> impuníveis.....	22
2.4.5	Princípio da alternatividade.....	22
2.4.6	Críticas e reflexões.....	23

<b>3</b>	<b>Evolução histórica do Direito Penal.....</b>	<b>25</b>
3.1	Evolução no mundo .....	26
3.1.1	Direito Penal primitivo .....	26
3.1.2	Idade Antiga .....	28
3.1.3	Idade Média.....	29
3.1.4	Idade Moderna.....	30
3.2	Evolução no Brasil .....	31
3.2.1	Período colonial.....	31
3.2.2	Período imperial .....	31
3.2.3	Período republicano.....	32
3.3	Escolas penais.....	33
3.3.1	Escola Clássica .....	33
3.3.2	Escola Positiva.....	35
3.3.3	Terceira Escola .....	37
3.3.4	Escola Moderna Alemã.....	37
3.3.5	Escola Técnico-Jurídica .....	38
3.3.6	Escola Correccionalista .....	38
3.3.7	Escola da Nova Defesa Social.....	39
<b>4</b>	<b>Velocidades do Direito Penal.....</b>	<b>41</b>
4.1	Velocidades do Direito Penal .....	41
4.1.1	A primeira velocidade do Direito Penal .....	41
4.1.2	A segunda velocidade do Direito Penal.....	41
4.1.3	A terceira velocidade do Direito Penal: o Direito Penal do Inimigo..	42
4.1.4	A quarta velocidade do Direito Penal: o neopunitivismo .....	45
<b>5</b>	<b>Princípios.....</b>	<b>47</b>
5.1	Princípio da humanidade .....	47
5.1.1	Pena de morte .....	48
5.1.2	Trabalho forçado × trabalho obrigatório do preso.....	48
5.1.3	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD): art. 52 da LEP .....	51
5.2	Princípio da legalidade.....	52
5.2.1	Precedentes históricos.....	53
5.2.2	Aspectos políticos.....	54

5.2.3	Aspectos jurídicos .....	54
5.2.4	Reserva de lei.....	54
5.2.5	Norma penal em branco .....	58
5.2.6	Previsões anteriores.....	61
5.2.7	Mandados constitucionais de criminalização.....	61
5.2.8	Princípio da anterioridade.....	61
5.3	Princípio da taxatividade.....	62
5.4	Princípio da proibição da analogia <i>in malam partem</i> .....	63
5.5	Princípio da culpabilidade ou princípio da responsabilização penal subjetiva..	63
5.6	Princípio da intervenção mínima.....	66
5.7	Princípio da fragmentariedade .....	66
5.8	Princípio da ofensividade ou lesividade .....	66
5.8.1	Crimes de perigo abstrato e o princípio da lesividade.....	70
5.9	Princípio da insignificância ou bagatela .....	71
5.9.1	Os vetores para aplicação do princípio.....	78
5.9.2	Insignificância × reincidência e habitualidade criminosa.....	79
5.9.3	Insignificância e atos infracionais .....	82
5.9.4	O princípio bagatelar impróprio.....	82
5.9.5	A aplicação do princípio da bagatela pelo Delegado de Polícia .....	82
5.10	Princípio da adequação social.....	82
5.11	Princípio da proporcionalidade.....	85
5.12	Princípio da responsabilidade pessoal .....	86
<b>6</b>	<b>Classificação das infrações penais.....</b>	<b>87</b>
6.1	Crimes omissivos × crimes comissivos.....	87
6.2	Crime de conduta mista.....	87
6.3	Crime de esquecimento ou de olvido.....	87
6.4	Crimes omissivos próprios × crimes omissivos impróprios (ou comissivos por omissão).....	88
6.5	Crimes omissivos por comissão.....	88
6.6	Crimes comuns × crimes próprios .....	88
6.7	Crimes bipróprios.....	90
6.8	Crimes de mão própria .....	90
6.9	Crime funcional.....	90
6.10	Crime de responsabilidade .....	91

6.11	Crime formal × crime material × crime de mera conduta.....	93
6.12	Crimes de dano × crimes de perigo .....	94
6.13	Crimes de perigo concreto × crimes de perigo abstrato.....	95
6.14	Crime de perigo abstrato de perigosidade ou de perigosidade real ou de perigo abstrato-concreto.....	97
6.15	Crime de perigo individual e de perigo coletivo .....	98
6.16	Crime progressivo.....	99
6.17	Crimes vagos (ou multivitimários ou de vítimas difusas).....	99
6.18	Crimes permanentes ou duráveis × crimes instantâneos.....	99
6.19	Crimes necessariamente permanentes × crimes eventualmente permanentes..	100
6.20	Crimes instantâneos de efeitos permanentes.....	100
6.21	Crime habitual .....	100
6.22	Crime habitual impróprio ou acidentalmente habitual.....	100
6.23	Crimes complexos .....	101
6.24	Crime complexo em sentido amplo .....	102
6.25	Crimes parcelares.....	102
6.26	Crime de circulação.....	103
6.27	Crimes monossubjetivos e plurissubjetivos (ou de concurso necessário) .....	103
6.28	Crime de concurso eventualmente necessário (ou crimes eventualmente coletivos).....	104
6.29	Crime multitudinário.....	104
6.30	Crime tentado × crime consumado .....	104
6.31	Crime exaurido .....	105
6.32	Crimes unissubsistentes × plurissubsistentes .....	105
6.33	Crimes naturais × crimes de plástico .....	105
6.34	Crime de opinião .....	106
6.35	Crime de ação astuciosa.....	106
6.36	Crimes de atentado ou de empreendimento .....	106
6.37	Crime obstáculo.....	106
6.38	Crime de tendência × crime de intenção.....	107
6.39	Crime de forma livre × crime de forma vinculada.....	109
6.40	Crimes principais × crimes acessórios.....	109
6.41	Crime de ímpeto .....	110
6.42	Crimes <i>on demand</i> .....	110
6.43	Crime mercenário.....	111
6.44	Crime gratuito.....	111

6.45	Crimes a distância e crimes plurilocais .....	112
6.46	Crime de ação simples e crime de ação múltipla (ou conteúdo variado, ou plurinuclear, ou tipo misto).....	112
6.47	Infrações penais de menor, médio e maior (ou alto) potencial ofensivo .....	112
6.48	Crime remetido.....	113
6.49	Delito de acumulação.....	113
6.50	Crime transeunte e não transeunte .....	113
6.51	Crime falho × quase crime .....	114
6.52	Crime de hermenêutica .....	114
6.53	Crimes de colarinho branco e de colarinho azul.....	115
6.54	Delito liliputiano ou crime anão.....	116
6.55	Delito de catálogo .....	116
6.56	Crime putativo ou imaginário ou erroneamente suposto .....	116
6.57	Crime aberrante.....	117
6.58	Crime achado.....	117
6.59	Crime de mera suposição ou de mera suspeita.....	117
6.60	Crimes cibernéticos.....	118
6.61	Crimes hediondos.....	118
<b>7</b>	<b>Aplicação da lei penal no tempo.....</b>	<b>121</b>
7.1	Importância do tema e princípios reitores .....	121
7.2	Tempo do crime, teoria adotada pelo CP.....	123
7.3	Tempo do crime nos crimes habituais impróprios.....	128
7.4	Tempo do crime para o partícipe e para o autor mediato .....	129
7.5	Extratividade da lei penal mais benéfica.....	130
7.5.1	Leis intermediárias .....	131
7.5.2	Leis excepcionais e temporárias.....	132
7.5.3	<i>Abolitio criminis</i> .....	133
7.5.4	<i>Abolitio criminis</i> nas leis excepcionais e temporárias.....	136
7.5.5	<i>Abolitio criminis</i> e normas penais em branco.....	137
7.5.6	Efeitos da <i>abolitio criminis</i> .....	140
7.6	Combinação de leis.....	140
7.6.1	Dúvidas acerca da maior benignidade.....	142
7.6.2	Vedação de combinação de leis no Código Penal Militar .....	142
7.6.3	Mudança de entendimento jurisprudencial se submete às regras de retroatividade e irretroatividade? .....	142

7.7	Retroatividade da lei interpretativa maléfica .....	144
7.8	Competência para aplicação da <i>lex mitior</i> .....	144
7.9	Aplicação da lei posterior durante período de <i>vacatio legis</i> .....	145
7.10	Aplicação de leis processuais no tempo .....	146
7.11	Leis híbridas e sua aplicação no tempo .....	147
<b>8</b>	<b>Aplicação da lei penal no espaço .....</b>	<b>149</b>
8.1	Princípios reitores .....	149
8.2	Local do crime .....	149
8.2.1	Lugar do crime para o partícipe .....	151
8.3	Princípio da territorialidade .....	152
8.4	Princípio da extraterritorialidade .....	154
8.4.1	Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada .....	155
8.4.1.1	Os casos de extraterritorialidade incondicionada e a hipótese de absolvição no estrangeiro .....	156
8.4.1.2	Crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República .....	157
8.4.1.3	Crimes praticados contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, do Estado, territórios, municípios, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundo de ações instituídas pelo Poder Público e crimes contra a Administração Pública por quem estiver a seu serviço .....	157
8.4.1.4	Crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil .....	158
8.4.2	Hipóteses de extraterritorialidade condicionada (art. 7º, II) .....	158
8.4.2.1	Crime que o Brasil, por tratado ou convenção, obrigou-se a reprimir (art. 7º, II, a) .....	159
8.4.2.2	Crime praticado por brasileiro (art. 7º, II, b) .....	159
8.4.2.3	Crimes praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantis ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados (art. 7º, II, c) .....	159
8.4.2.4	Condições para aplicação da lei brasileira nas hipóteses de extraterritorialidade condicionada .....	160
8.4.3	Hipótese de extraterritorialidade ultracondicionada ou extracondicionada .....	161
8.4.4	Hipóteses contempladas por lei especial .....	161



<b>9</b>	<b>Crime – noções introdutórias.....</b>	<b>163</b>
9.1	Conceito formal de crime.....	163
9.2	Conceito material de crime.....	163
9.3	Conceito analítico de crime.....	164
9.3.1	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro.....	165
9.4	Crimes e contravenções penais.....	166
9.4.1	Classificação pela gravidade.....	169
9.4.2	Ação penal.....	169
9.4.3	Tentativa.....	169
9.4.4	Territorialidade.....	170
9.4.5	Prazo máximo para cumprimento da pena.....	170
9.4.6	Prazo das medidas de segurança.....	170
9.4.7	Modalidades de penas privativas de liberdade.....	171
9.4.8	<i>Sursis</i> .....	171
9.4.9	Regime de cumprimento de pena.....	172
9.4.10	Dolo e culpa.....	172
9.4.11	Modalidades de erro.....	173
9.4.12	Crime antecedente de lavagem de capitais.....	174
9.4.13	Reincidência.....	174
9.4.14	Competência.....	175
9.4.15	Trabalho.....	176
9.4.16	Causas extintivas da punibilidade.....	176
9.5	Ilícito civil × ilícito penal.....	176
<b>10</b>	<b>Sujeitos e objeto do crime.....</b>	<b>177</b>
10.1	Sujeito ativo.....	177
10.1.1	Pessoa jurídica como sujeito ativo de crime.....	177
10.1.2	A responsabilidade penal da pessoa jurídica de direito público interno.....	179
10.1.3	A teoria da dupla imputação ou do sistema paralelo de imputação..	180
10.1.4	Sujeitos ativos especiais.....	181
10.2	Sujeito passivo.....	182
10.2.1	As posições do Estado como sujeito passivo.....	184
10.3	Sujeito passivo × prejudicado.....	184

10.4	A impossibilidade de alguém figurar, ao mesmo tempo, como sujeito ativo e passivo de um crime.....	185
10.4.1	Objeto do crime.....	185
<b>11</b>	<b>Do fato típico – 1º elemento: conduta.....</b>	<b>187</b>
11.1	Conduta.....	187
11.1.1	Teoria causalista, ou naturalista, ou tradicional, ou clássica.....	187
11.1.2	Teoria neoclássica ou neokantiana, ou causal-valorativa.....	189
11.1.3	Teoria social da ação.....	190
11.1.4	Teoria final ou finalista.....	190
11.1.5	Teorias funcionalistas.....	192
11.1.6	Teoria da ação significativa.....	194
11.1.7	Teoria jurídico-penal.....	196
11.2	Modelo negativo de ação.....	196
11.3	Modelo pessoal de ação.....	197
11.4	Resumo do conceito de conduta para as várias teorias apresentadas.....	197
11.5	Conduta e seus componentes.....	198
11.6	Ato × conduta.....	202
11.7	Momentos (ou fases) da conduta.....	203
<b>12</b>	<b>Fato típico – 2º elemento: resultado.....</b>	<b>205</b>
12.1	Resultado naturalístico.....	205
12.2	Resultado jurídico ou normativo.....	208
12.3	Há crime sem resultado?.....	209
<b>13</b>	<b>Do fato típico – 3º elemento: nexo causal.....</b>	<b>211</b>
13.1	Nexo causal.....	211
13.2	O conceito de causa.....	212
13.3	Concausas.....	213
13.3.1	As questões que a teoria da equivalência dos antecedentes causais não logra responder.....	218
13.3.2	Interrupção de cursos causais salvadores.....	219
13.3.3	Causalidade na omissão.....	219
13.3.4	Hipóteses em que o omitente tem dever de agir para impedir o resultado.....	222

13.4	Hipótese em que o garantidor não responde pelo resultado .....	224
13.5	Importantes notas sobre a causalidade normativa.....	225
<b>14</b>	<b>Imputação objetiva .....</b>	<b>227</b>
14.1	Conceito.....	227
14.2	O risco permitido e a ausência de imputação objetiva.....	229
14.3	A realização do risco no resultado .....	230
14.4	Considerações finais.....	231
<b>15</b>	<b>Fato típico – 4º elemento: tipicidade.....</b>	<b>233</b>
15.1	Conceito.....	233
15.1.1	Formas de adequação típica .....	234
15.2	Tipicidade conglobante.....	236
15.3	Funções do tipo penal.....	241
15.4	Mudanças históricas na concepção e estudo do tipo penal .....	241
15.5	Espécies de tipo.....	243
15.5.1	Estrutura do tipo legal de crime .....	243
15.6	Elementos do tipo.....	244
15.7	Classificação dos tipos penais .....	246
15.7.1	Tipo normal × tipo anormal .....	246
15.7.2	Tipos fechados × tipos abertos .....	246
15.7.3	Tipo fundamental e tipo derivado.....	246
15.7.4	Tipos simples e tipos mistos (ou de conduta múltipla).....	248
15.7.5	Tipo congruente × tipo incongruente.....	249
15.7.6	Tipo preventivo.....	250
<b>16</b>	<b>Dolo .....</b>	<b>251</b>
16.1	Definição de dolo.....	251
16.1.1	Os componentes do dolo.....	252
16.2	Teorias acerca do dolo.....	252
16.2.1	Teoria adotada para definição do dolo direto.....	252
16.2.2	Teorias acerca do dolo eventual e culpa consciente.....	252
16.2.2.1	Teorias intelectivas ou cognitivas do dolo.....	253
16.2.2.1.1	Teoria da representação ou possibilidade .....	253

16.2.2.1.2	Teoria da probabilidade.....	254
16.2.2.1.3	Teoria da evitabilidade.....	254
16.2.2.1.4	Teoria do risco .....	254
16.2.2.1.5	Teoria do perigo a descoberto .....	255
16.2.2.2	Teorias volitivas.....	255
16.2.2.2.1	Teoria do assentimento ou do consentimento ou da anuência.....	255
16.2.2.2.2	Teoria da indiferença .....	255
16.3	Espécies de dolo .....	255
16.3.1	Dolo direto ou imediato .....	255
16.3.2	Dolo eventual .....	257
16.3.3	Dolo alternativo .....	259
16.3.4	Dolo cumulativo .....	260
16.3.5	Dolo geral ( <i>dolus generalis</i> ) ou erro sucessivo .....	260
16.3.6	Dolo de ímpeto (ou repentino) × dolo de propósito (ou refletido) ..	261
16.3.7	Dolo subsequente ou <i>subsequens</i> ou consecutivo .....	261
16.3.8	Dolo <i>in re ipsa</i> ou dolo presumido.....	262
16.3.9	Dolo genérico e dolo específico .....	262
16.3.10	Dolo natural e dolo normativo .....	263
16.4	Embriaguez na direção de veículo automotor: dolo ou culpa?.....	263
16.5	O dolo nos crimes omissivos impróprios .....	265
16.6	Dolo sem vontade .....	266
16.7	A intensidade do dolo .....	267
<b>17</b>	<b>A culpa .....</b>	<b>269</b>
17.1	Conceito de culpa .....	269
17.2	Formas de cometimento do crime culposo.....	269
17.2.1	Imprudência .....	270
17.2.2	Negligência .....	270
17.2.3	Imperícia.....	270
17.2.3.1	Erro profissional × culpa profissional .....	271
17.3	A vontade e a finalidade no crime culposo .....	271
17.4	Existiria tipo subjetivo culposo? .....	272
17.5	Os elementos do fato típico culposo .....	272
17.5.1	Ação voluntária que inobserva o dever do cuidado objetivo .....	272

17.5.2	Resultado .....	275
17.5.3	Nexo de causalidade.....	276
17.5.4	Previsibilidade objetiva do resultado .....	277
17.5.5	A conexão interna entre o desvalor da conduta e o desvalor do resultado .....	278
17.5.6	Tipicidade.....	279
17.6	Tipos de crime culposo como tipos abertos.....	280
17.7	Espécies de culpa .....	281
17.7.1	Culpa consciente e culpa inconsciente .....	281
17.7.2	Culpa imprópria (culpa por extensão ou assimilação).....	281
17.8	Concorrência de culpas.....	283
17.9	Compensação de culpas.....	283
17.10	Graus de culpa.....	284
<b>18</b>	<b>Tentativa .....</b>	<b>285</b>
18.1	<i>Iter criminis</i> .....	285
18.2	Fases do <i>iter criminis</i> .....	285
18.2.1	Fase interna .....	285
18.2.2	Fase externa.....	286
18.2.3	Diferenças entre atos de preparação e atos de execução .....	286
18.2.3.1	Teoria subjetiva .....	286
18.2.3.2	Teoria objetivo-formal ou lógico-formal.....	286
18.2.3.3	Teoria objetivo-material.....	287
18.2.3.4	Teoria objetivo-individual.....	287
18.2.3.5	Teoria da hostilidade ao bem jurídico .....	289
18.2.4	Atos de preparação transformados em crimes autônomos.....	289
18.2.5	Consumação.....	290
18.2.5.1	Crimes materiais.....	290
18.2.5.2	Crimes formais.....	290
18.2.5.3	Crimes de mera conduta.....	290
18.2.5.4	Crimes permanentes .....	290
18.2.5.5	Crimes culposos.....	291
18.2.5.6	Crimes omissivos próprios e impróprios.....	291
18.2.5.7	Crimes habituais .....	291
18.2.5.8	Crimes qualificados pelo resultado .....	291

18.2.5.9	Crimes complexos .....	291
18.2.5.10	Crimes de perigo concreto .....	292
18.2.5.11	Crimes de perigo abstrato .....	292
18.2.6	Exaurimento.....	293
18.3	Conceito de tentativa.....	293
18.4	Natureza jurídica da tentativa .....	294
18.4.1	Crítério para diminuição da pena na tentativa.....	294
18.4.2	A adequação típica na tentativa .....	295
18.5	Elementos do fato típico tentado.....	297
18.5.1	Início da execução .....	297
18.5.2	Dolo.....	298
18.5.3	Não superveniência do resultado por razões alheias à vontade do agente .....	300
18.6	Teorias sobre a punibilidade do crime tentado.....	300
18.6.1	Teoria subjetiva .....	300
18.6.2	Teoria sintomática .....	300
18.6.3	Teoria objetiva.....	300
18.6.4	Teoria da impressão.....	301
18.6.5	Teoria adotada no Direito Penal brasileiro .....	301
18.7	Infrações penais e inadmissibilidade da tentativa .....	302
18.7.1	Contravenções penais .....	302
18.7.2	Crimes culposos.....	303
18.7.3	Crimes omissivos puros ou próprios .....	303
18.7.4	Crimes preterdolosos .....	303
18.7.5	Crime de atentado .....	305
18.7.6	Crimes habituais .....	305
18.7.7	Crimes formais unissubsistentes .....	305
18.7.8	Crimes de mera conduta.....	306
18.7.9	Crime obstáculo.....	306
18.7.10	Crimes de perigo .....	307
18.7.11	Crimes permanentes de forma exclusivamente omissiva.....	308
18.7.12	Crimes de ímpeto .....	308
18.7.13	Crimes sujeitos ao implemento de condição objetiva de punibilidade .....	308
18.7.14	Quadro-resumo da inadmissibilidade da tentativa.....	309
18.8	A tentativa nos crimes omissivos impróprios.....	310

18.9	Classificação da tentativa.....	311
18.9.1	Tentativa perfeita (ou acabada) × tentativa imperfeita (ou inacabada) ..	311
18.9.2	Tentativa cruenta (ou vermelha) × tentativa incruenta (ou branca) ..	312
18.9.3	Tentativa abandonada ou qualificada .....	312
18.9.4	Tentativa inidônea ou inadequada ou quase crime.....	312
<b>19</b>	<b>Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....</b>	<b>313</b>
19.1	Tentativa abandonada ou qualificada.....	313
19.2	Natureza jurídica da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	314
19.3	Distinção entre a desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	315
19.3.1	Diferença entre a tentativa punível e a desistência voluntária.....	316
19.3.2	Desistência voluntária e desistência espontânea .....	317
19.3.3	A falsa representação da realidade .....	317
19.3.4	Motivos para desistir precisam ser éticos? .....	317
19.3.5	Desistência definitiva × desistência concreta.....	318
19.4	Arrependimento voluntário e arrependimento espontâneo .....	319
19.4.1	A necessária eficácia do arrependimento .....	319
19.4.2	Contribuição da vítima.....	319
19.5	Comunicabilidade da desistência voluntária e do arrependimento eficaz.....	319
19.6	A Lei de Terrorismo e o tratamento da desistência voluntária e do arrepen- dimento eficaz .....	320
<b>20</b>	<b>Crime impossível.....</b>	<b>321</b>
20.1	Definição.....	321
20.2	Natureza jurídica.....	321
20.3	Crime impossível e erro de tipo.....	322
20.4	Objeto do crime .....	322
20.5	Meio absolutamente ineficaz.....	323
20.6	Teorias acerca do tratamento a ser dado àquele que pratica crime impossível..	325
20.6.1	Teoria sintomática .....	325
20.6.2	Teoria subjetiva .....	326
20.6.3	Teoria objetiva.....	326
20.6.3.1	Teoria objetiva pura.....	326
20.6.3.2	Teoria objetiva temperada .....	326
20.7	Delito putativo (ou delito imaginário, ou erroneamente suposto) .....	326

20.7.1	Delito putativo por erro de tipo.....	327
20.7.2	Delito putativo por erro de proibição (ou delito de alucinação, ou delito de loucura).....	327
20.7.3	Delito putativo por obra do agente provocador (ou crime de ensaio, ou crime de experiência, ou flagrante provocado, ou flagrante preparado) .....	328
20.7.3.1	O agente disfarçado .....	328
<b>21</b>	<b>Arrependimento posterior .....</b>	<b>331</b>
21.1	Definição.....	331
21.2	Crimes em que cabe o arrependimento posterior .....	331
21.3	Requisitos para o reconhecimento do arrependimento posterior .....	333
21.3.1	O crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa .....	333
21.3.2	O dano reparado ou coisa restituída até o recebimento da denúncia ou da queixa .....	335
21.3.3	Ato voluntário do agente .....	337
21.3.4	A reparação precisa ser integral? .....	339
21.3.4.1	Critério para diminuição da pena pelo arrependimento posterior .....	339
21.4	Comunicabilidade do arrependimento posterior.....	340
21.5	Outras hipóteses de reparação do dano no Direito Penal brasileiro.....	340
<b>22</b>	<b>Illicitude – noções introdutórias.....</b>	<b>345</b>
22.1	Conceito de ilicitude .....	345
22.2	Antinormatividade e antijuridicidade .....	346
22.3	Antijuridicidade formal e antijuridicidade material.....	346
22.4	Antijuridicidade objetiva e antijuridicidade subjetiva.....	347
22.5	Teoria dos elementos subjetivos das causas de justificação.....	348
22.6	Excludentes de antijuridicidade ou causas de justificação ou discriminantes ..	349
22.7	Causas gerais e especiais de exclusão de ilicitude ou antijuridicidade .....	349
22.8	Consentimento do ofendido .....	350
22.8.1	Requisitos para o consentimento justificante .....	352
<b>23</b>	<b>Estado de necessidade .....</b>	<b>357</b>
23.1	Definição.....	357
23.1.1	Estado de necessidade × estado de precisão .....	357



23.2	Direito ou faculdade do agente.....	358
23.3	Natureza jurídica do estado de necessidade. Teorias unitária e diferenciadora..	359
23.3.1	O estado de necessidade exculpante como causa supralegal – controversias.....	361
23.4	Elementos da situação de necessidade.....	362
23.4.1	Situação de perigo atual.....	362
23.4.1.1	O perigo iminente.....	362
23.4.2	Não criação voluntária do perigo pelo agente .....	363
23.4.3	Perigo a direito próprio ou alheio .....	364
23.4.3.1	Necessidade de autorização da vítima .....	364
23.4.4	Inevitabilidade .....	365
23.4.4.1	Estado de necessidade em crimes permanentes e habituais.....	365
23.4.5	Inexigibilidade de sacrifício do bem ameaçado – proporcionalidade..	366
23.4.6	Ausência do dever legal de enfrentamento do perigo .....	367
23.4.7	Elemento subjetivo .....	368
23.5	Estado de necessidade agressivo × estado de necessidade defensivo.....	369
23.6	Situações especiais de estado de necessidade.....	370
23.7	Estado de necessidade recíproco .....	370
<b>24</b>	<b>Legítima defesa .....</b>	<b>371</b>
24.1	Definição.....	371
24.2	Fundamentos.....	372
24.3	Requisitos da legítima defesa .....	372
24.3.1	Agressão humana .....	372
24.3.1.1	Legítima defesa contra pessoa jurídica .....	374
24.3.1.2	Legítima defesa e desobediência civil .....	374
24.3.2	Agressão atual ou iminente .....	374
24.3.3	Direito próprio ou alheio.....	375
24.3.3.1	Agressão a bens coletivos.....	376
24.3.4	Meios necessários .....	376
24.3.5	Moderação no uso dos meios necessários .....	377
24.3.5.1	Legítima defesa agressiva × legítima defesa defensiva...	377
24.3.6	Agressão injusta .....	377
24.3.7	Elemento subjetivo .....	378

24.4	Legítima defesa e <i>commodus discessus</i> .....	378
24.5	Legítima defesa sucessiva.....	380
24.6	Possibilidades .....	380
24.7	Ofendículos ou ofensáculos .....	381
24.8	Disparos contra pessoa em fuga .....	382
24.9	Legítima defesa e estado de necessidade – principais distinções .....	383
<b>25</b>	<b>Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular do direito .....</b>	<b>385</b>
25.1	Estrito cumprimento do dever legal.....	385
25.1.1	Conceito.....	385
25.1.2	Requisitos.....	386
25.1.3	Quem pode alegar a causa excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal.....	387
25.1.4	Dever de corrigir filhos: estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.....	388
25.2	Exercício regular de direito .....	388
<b>26</b>	<b>Excesso nas causas de justificação .....</b>	<b>391</b>
26.1	Noções preliminares.....	391
26.2	Excesso intensivo × excesso extensivo .....	392
26.3	Excesso doloso e excesso culposo.....	392
26.3.1	Excesso doloso em sentido estrito.....	393
26.3.2	Excesso doloso por erro quanto aos limites da causa de justificação...	394
26.3.3	Excesso culposo por erro quanto aos pressupostos fáticos da causa de justificação.....	394
26.3.4	Excesso culposo em sentido estrito.....	396
<b>27</b>	<b>Culpabilidade .....</b>	<b>399</b>
27.1	Conceito de culpabilidade .....	399
27.1.1	Distintos significados da palavra culpabilidade .....	399
27.1.2	Fundamentos da culpabilidade.....	400
27.2	Transformações no conceito de culpabilidade.....	400
27.2.1	Teoria psicológica da culpabilidade .....	400
27.2.2	Teoria normativa ou psicológico-normativa da culpabilidade.....	401
27.2.3	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	402

27.3	O conceito funcional de culpabilidade .....	404
27.4	Culpabilidade de fato × culpabilidade de autor .....	404
27.5	Coculpabilidade .....	405
27.6	Coculpabilidade às avessas .....	406
27.7	Culpabilidade material e culpabilidade formal.....	407
<b>28</b>	<b>Imputabilidade .....</b>	<b>409</b>
28.1	Conceito .....	409
28.2	Critérios para aferição da imputabilidade.....	411
28.2.1	Biológico .....	411
28.2.2	Psicológico.....	411
28.2.3	Biopsicológico.....	411
28.2.4	Sistema adotado no Brasil .....	412
28.3	Menoridade .....	413
28.3.1	Mecanismo a ser adotado para a alteração da idade penal .....	414
28.3.2	Regras sobre maioridade no Código Penal Militar .....	414
28.4	Doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado .....	415
28.4.1	Os silvícolas .....	415
28.4.2	Os surdos-mudos.....	417
28.5	Semi-imputabilidade .....	417
28.6	Consequências da inimputabilidade e da semi-imputabilidade por doença mental.....	418
28.7	Emoção e paixão .....	418
28.7.1	Distinção.....	418
28.7.2	Impactos da emoção e da paixão no Código Penal.....	419
28.8	Embriaguez.....	420
28.8.1	Conceito.....	420
28.8.2	Fases .....	420
28.8.3	Classificação da embriaguez quanto à intensidade .....	420
28.8.4	Classificação da embriaguez quanto à origem.....	421
28.8.5	A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	424
28.8.6	A embriaguez patológica e a dependência química de drogas.....	427
<b>29</b>	<b>Erro de tipo e erro de proibição.....</b>	<b>429</b>
29.1	Conceito de erro .....	429

29.1.1	A nomenclatura do erro e as mudanças trazidas pela parte geral de 1984.....	429
29.2	Erro de tipo.....	430
29.2.1	Erro essencial. Tratamento legal.....	430
29.2.1.1	Provocação do erro por terceiro.....	432
29.2.2	Erro accidental. Espécies.....	433
29.2.2.1	Erro sobre a pessoa ou <i>error in persona</i> ou erro do baile de máscaras.....	433
29.2.2.2	Erro sobre o objeto.....	434
29.2.2.3	Erro sobre o nexo causal ou <i>aberratio causae</i> .....	434
29.2.2.4	Erro na execução ou <i>aberratio ictus</i> .....	435
29.2.2.5	Erro na execução e causas de justificação.....	437
29.2.2.6	Resultado diverso do pretendido ou <i>aberratio criminis</i> ..	438
29.3	Teoria extremada (ou estrita) e teoria limitada da culpabilidade e as descrições putativas.....	439
29.4	Erro de proibição.....	443
29.4.1	Erro de proibição × <i>ignorantia legis</i> .....	443
29.4.2	Consequências do erro de proibição.....	446
29.4.3	As modalidades de erro de proibição.....	447
29.4.3.1	Erro de proibição direto.....	447
29.4.3.2	Erro de proibição mandamental.....	447
29.4.3.3	Erro de proibição indireto.....	448
29.5	Erro quanto aos elementos normativos do tipo.....	449
29.6	Erro nos crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão.....	450
29.6.1	Erro quanto à condição de garantidor, quanto à possibilidade de agir e quanto à existência da situação de perigo.....	450
29.6.2	Erro quanto ao dever de agir.....	451
29.7	Hipóteses especiais de erros.....	451
29.7.1	Erro de eficácia.....	451
29.7.2	Erro de vigência.....	452
29.7.3	Erro de subsunção.....	452
29.7.4	Erro de punibilidade.....	452
<b>30</b>	<b>Exigibilidade de conduta diversa.....</b>	<b>453</b>
30.1	Hipóteses de exclusão de culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.....	453
30.1.1	Coação moral resistível.....	453

30.1.2	Obediência hierárquica.....	456
30.1.2.1	Tratamento da obediência hierárquica no Código Penal Militar .....	457
30.1.3	Objecção de consciência.....	458
<b>31</b>	<b>Concurso de pessoas.....</b>	<b>461</b>
31.1	Diferença entre concurso eventual e concurso necessário.....	461
31.2	Requisitos para o concurso de pessoas .....	462
31.3	Diferença entre autoria colateral e coautoria .....	464
31.4	Conceito de autor.....	465
31.4.1	Conceito restritivo de autor .....	465
31.4.2	Conceito extensivo de autor .....	466
31.4.3	Teoria do domínio do fato.....	467
31.4.4	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro .....	468
31.4.5	Autoria direta e indireta .....	469
31.4.6	Autoria mediata × crimes próprios e crimes de mão própria.....	471
31.4.7	Coautoria e crimes de mão própria.....	472
31.4.8	Coautoria mediata .....	473
31.4.9	Autor de determinação .....	474
31.4.10	Autor intelectual .....	475
31.4.11	Autor por convicção.....	477
31.4.12	Coautoria sucessiva .....	477
31.4.13	Autoria de escritório .....	478
31.4.14	Coautoria parcial ou funcional × coautoria direta ou material.....	479
31.4.15	Executor de reserva .....	479
31.4.16	O vigia.....	480
31.4.17	O motorista .....	480
31.5	Participação .....	481
31.5.1	Teorias sobre participação.....	481
31.5.2	Formas de participação.....	482
31.5.2.1	Induzimento (ou determinação) e instigação.....	482
31.5.2.2	Cumplicidade .....	483
31.5.3	Momento da participação.....	483
31.5.4	Contribuição causal da participação.....	483
31.5.5	Participação sucessiva × participação em cadeia .....	484

31.5.6	Participação por omissão × convivência impunevel .....	484
31.5.7	Impunibilidade da participação.....	486
31.5.8	Fundamentos da punibilidade da participação .....	486
31.6	Concurso de pessoas em crimes culposos.....	487
31.7	Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	488
31.7.1	Participação em crimes omissivos.....	489
31.8	Teorias sobre o concurso de pessoas.....	490
31.9	Teoria adotada no Brasil .....	491
31.9.1	Mitigações ao monismo.....	491
31.9.2	Exceções pluralísticas ao monismo .....	491
31.9.3	A participação de menor importância.....	492
31.9.4	Os desvios subjetivos de conduta (cooperação dolosamente distinta) .....	493
31.10	Comunicabilidade das circunstâncias.....	495
31.10.1	Qualificadoras são elementares?.....	500
<b>32</b>	<b>Penas privativas de liberdade.....</b>	<b>503</b>
32.1	Notas introdutórias.....	503
32.2	Espécies de penas privativas de liberdade .....	503
32.3	Regimes penais.....	504
32.3.1	Regime fechado.....	504
32.3.2	Regime semiaberto.....	505
32.3.3	Regras do regime aberto .....	506
32.4	Fixação do regime inicial.....	507
32.5	Prisão domiciliar.....	509
32.6	Progressão de regime de cumprimento de pena .....	510
32.6.1	Requisitos para a progressão de regime de cumprimento de pena..	511
32.6.2	Tempo de cumprimento de pena.....	512
32.6.3	Reincidentes genéricos e Pacote Anticrime .....	513
32.6.3.1	Bom comportamento carcerário .....	516
32.6.3.2	Regime especial para gestantes e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência.....	517
32.7	Progressão antes do trânsito em julgado para réu preso .....	518
32.8	Regressão .....	520
32.9	Detração penal .....	522
32.9.1	Detração e prisão ocorrida em outro processo.....	523

32.10	Trabalho prisional.....	524
32.10.1	Remição pelo trabalho e pelo estudo.....	524
32.11	Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).....	525
32.12	Prescrição de falta grave .....	527
<b>33</b>	<b>Aplicação da pena privativa de liberdade .....</b>	<b>529</b>
33.1	Dosimetria da pena .....	529
33.2	Pena-base: circunstâncias judiciais.....	530
33.3	Pena provisória: agravantes e atenuantes genéricas .....	535
33.3.1	Circunstâncias agravantes genéricas.....	535
33.3.1.1	Reincidência .....	537
33.3.1.2	Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe..	540
33.3.1.3	Ter o agente praticado o crime para facilitar a execução, ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime..	540
33.3.1.4	À traição, emboscada, ou mediante dissimulação ou qualquer outro recurso que impossibilite ou torna impossível a defesa do ofendido.....	540
33.3.1.5	Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum.....	541
33.3.1.6	Contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge.....	541
33.3.1.7	Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação, de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da legislação específica.....	541
33.3.1.8	Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão .....	542
33.3.1.9	Contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida.....	542
33.3.1.10	Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade.....	542
33.3.1.11	Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou desgraça particular do ofendido.....	542
33.3.1.12	Em estado de embriaguez preordenada.....	543
33.3.1.13	Agravantes no concurso de pessoas (art. 62 do Código Penal).....	543

33.3.2	Circunstâncias atenuantes genéricas.....	543
33.3.2.1	Ser o agente menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença.....	544
33.3.2.2	O desconhecimento da lei .....	544
33.3.2.3	Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral.....	544
33.3.2.4	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou antes do julgamento, reparado o dano.....	545
33.3.2.5	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima .....	545
33.3.2.6	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, autoria do delito .....	546
33.3.2.7	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou .....	550
33.3.2.8	Atenuantes inominadas .....	550
33.3.3	Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes .....	550
33.4	Pena definitiva: causas de aumento e diminuição .....	552
<b>34</b>	<b>Penas restritivas de direitos .....</b>	<b>559</b>
34.1	Noções introdutórias.....	559
34.2	Espécies de penas restritivas de direitos .....	559
34.3	Características das penas restritivas de direitos.....	560
34.4	Penas restritivas de direitos aplicadas em substituição à pena privativa de liberdade .....	561
34.4.1	Requisitos objetivos .....	561
34.4.1.1	A quantidade de pena aplicada.....	561
34.4.1.2	Crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa .....	563
34.4.2	Requisitos subjetivos .....	566
34.4.2.1	Réu não reincidente em crime doloso .....	566
34.4.2.2	Suficiência da substituição.....	567
34.5	Duração da pena restritiva de direitos e regras de substituição .....	568
34.5.1	Substituição da pena privativa de liberdade por multa .....	569



34.6	Espécies de penas restritivas de direitos .....	570
34.6.1	Prestação pecuniária .....	570
34.6.2	Perda de bens e valores .....	572
34.6.3	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	573
34.6.4	Interdição temporária de direitos .....	574
34.6.4.1	Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo .....	574
34.6.4.2	Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público .....	574
34.6.4.3	Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo .....	574
34.6.4.4	Proibição de frequentar determinados lugares .....	574
34.6.4.5	Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos .....	575
34.6.5	Limitação de fim de semana .....	575
34.7	Conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade .....	575
34.8	Substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos na Lei Maria da Penha .....	577
34.9	Substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos na lei ambiental .....	579
34.10	Substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos na nova Lei de Abuso de Autoridade .....	580
34.11	A Lei nº 14.071/2020 e os crimes de homicídio e lesão corporal culposa na direção de veículo automotor .....	581
34.12	Substituição na hipótese de colaboração premiada .....	583
34.13	Pena restritiva de direitos e perda de direitos políticos .....	584
34.14	Início do cumprimento da pena restritiva de direitos .....	584
<b>35</b>	<b>Multa .....</b>	<b>585</b>
35.1	Conceito .....	585
35.2	Critério de aplicação: dias-multa .....	586
35.3	Limites da pena de multa .....	586
35.4	Dosimetria da pena de multa .....	587
35.5	Pagamento da multa .....	588
35.6	Formas de pagamento da multa .....	589
35.7	Execução da pena de multa. Competência e alterações da Lei nº 13.964/2019 ..	590

35.8	Multa de valor reduzido e (im)possibilidade de renúncia pelo Estado .....	591
35.9	Superveniência de doença mental .....	591
35.10	Multa substitutiva e Lei Maria da Penha .....	592
35.11	Remédios constitucionais e pena de multa .....	593
<b>36</b>	<b>Concurso de crimes.....</b>	<b>595</b>
36.1	Definição.....	595
36.2	Sistemas de aplicação da pena.....	595
36.3	Concurso material ou real .....	596
36.4	Concurso formal ou ideal .....	597
36.4.1	Concurso formal próprio (ou perfeito) e impróprio (ou imperfeito)..	597
36.4.2	Concurso formal homogêneo e heterogêneo.....	599
36.4.3	Aumento de pena decorrente do concurso formal .....	600
36.5	Crime continuado.....	601
36.5.1	Definição.....	601
36.5.2	Natureza jurídica do crime continuado.....	601
36.5.3	Teorias do crime continuado .....	601
36.5.4	Requisitos do crime continuado.....	603
36.5.5	Crime continuado específico ou qualificado .....	607
36.5.6	Requisitos.....	607
36.5.7	Dosimetria da pena do crime continuado .....	609
36.6	Concurso material benéfico ou favorável .....	612
36.7	Crime continuado e concurso formal.....	612
36.8	Pena de multa e concurso de crimes .....	613
36.9	Concurso de crimes e habitualidade criminosa .....	614
36.10	Concurso de crimes e Jecrim .....	615
36.11	Suspensão condicional do processo e crime continuado .....	615
<b>37</b>	<b>Sursis – suspensão condicional da pena .....</b>	<b>617</b>
37.1	Conceito.....	617
37.2	Origens.....	617
37.3	Sistemas.....	618
37.3.1	Sistema anglo-saxão ou <i>probation system</i> .....	618
37.3.2	Sistema belga-francês ou europeu continental.....	618
37.3.3	Sistema alemão ou eclético.....	618

37.4	Natureza jurídica da suspensão condicional da pena .....	618
37.5	Diferenças entre o <i>sursis</i> processual e o <i>sursis</i> da pena .....	619
37.6	Juiz competente para concessão do <i>sursis</i> .....	620
37.7	Requisitos.....	620
37.7.1	<i>Sursis</i> e crimes hediondos .....	622
37.8	Espécies de suspensão condicional da pena.....	622
37.8.1	<i>Sursis</i> simples .....	622
37.8.2	<i>Sursis</i> especial.....	623
37.8.3	<i>Sursis</i> etário e <i>sursis</i> humanitário ou profilático .....	624
37.9	Condições para o <i>sursis</i> .....	624
37.9.1	<i>Sursis</i> sem condições.....	625
37.9.2	A fixação do período de prova .....	626
37.10	Audiência admonitória .....	626
37.10.1	Conceito.....	626
37.10.2	O não comparecimento à audiência admonitória.....	626
37.11	Revogação do <i>sursis</i> .....	626
37.11.1	Consequências da revogação do <i>sursis</i> .....	626
37.11.2	Hipóteses de revogação obrigatória do <i>sursis</i> .....	627
37.11.3	Sobre a (des)necessidade de decisão judicial acerca de revogação obrigatória .....	628
37.11.4	Hipóteses de revogação facultativa do <i>sursis</i> .....	629
37.11.5	Prorrogação do período de provas.....	629
37.11.6	A prática de nova infração penal é causa de revogação de <i>sursis</i> ? .....	631
37.12	<i>Sursis</i> simultâneo e <i>sursis</i> sucessivo .....	631
37.13	A extinção da pena privativa de liberdade .....	631
37.14	<i>Sursis</i> em crimes ambientais .....	632
37.15	<i>Sursis</i> na Lei de Contravenções Penais .....	633
37.16	<i>Sursis</i> e Lei Maria da Penha.....	633
<b>38</b>	<b>Livramento condicional .....</b>	<b>635</b>
38.1	Conceito de livramento condicional .....	635
38.2	Livramento condicional e <i>sursis</i> – distinções .....	636
38.3	Natureza jurídica do livramento condicional .....	636
38.4	Requisitos ou pressupostos necessários.....	636
38.5	Livramento condicional e crimes hediondos.....	641

38.6	Livramento condicional para condenado em RDD .....	643
38.7	Condições para o livramento condicional.....	644
38.7.1	Sobre a necessidade do parecer do Conselho Penitenciário .....	644
38.8	Causas de revogação do livramento condicional .....	645
38.8.1	Causas de revogação obrigatória .....	645
38.8.2	Causas de revogação facultativa .....	646
38.9	Prorrogação do livramento condicional .....	647
38.10	Efeitos da revogação .....	649
38.10.1	Revogação em virtude de condenação irrecorrível por crime praticado antes do livramento condicional.....	650
38.10.2	Revogação em virtude de condenação irrecorrível por crime praticado durante a vigência do livramento .....	650
38.10.3	Revogação em virtude do descumprimento das condições impostas na sentença .....	650
38.10.4	Revogação em virtude de condenação irrecorrível pela prática de contravenção penal durante o livramento.....	650
38.11	Extinção da pena.....	651
<b>39</b>	<b>Efeitos da condenação .....</b>	<b>653</b>
39.1	Efeitos penais e extrapenais.....	653
39.2	Efeitos secundários.....	654
39.2.1	Efeitos secundários de natureza penal.....	654
39.2.2	Efeitos secundários de natureza extrapenal.....	654
39.2.2.1	Efeitos secundários de natureza extrapenal genéricos...	654
39.2.2.1.1	Tornar certa a obrigação de indenizar.....	654
39.2.2.1.2	Perda, em favor da união, dos instrumentos e produtos do crime.....	654
39.2.2.1.3	O disposto no art. 91-A do Código Penal e alterações do Pacote Anticrime .....	655
39.2.2.1.4	O perdimento de bens nas organizações criminosas e milícias .....	656
39.2.2.2	Efeitos secundários de natureza extrapenal específicos..	657
39.2.2.2.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	657
39.2.2.2.2	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo nas leis extravagantes .....	659
39.2.2.2.3	Incapacidade para o exercício de pátrio poder, tutela ou curatela .....	660

39.2.2.2.4	Inabilitação para dirigir veículo, utilizado em crime doloso.....	661
39.3	Suspensão dos direitos políticos .....	661
<b>40</b>	<b>Reabilitação .....</b>	<b>663</b>
40.1	Conceito e natureza jurídica .....	663
40.2	Pressupostos e requisitos necessários.....	663
40.3	Efeitos da reabilitação .....	664
40.4	Revogação da reabilitação .....	665
40.5	Processo de reabilitação.....	665
<b>41</b>	<b>Medidas de segurança.....</b>	<b>667</b>
41.1	Conceito.....	667
41.2	Natureza jurídica.....	668
41.3	Diferenças entre penas e medidas de segurança.....	669
41.4	Modalidades de medidas de segurança .....	670
41.4.1	Impossibilidade de internação em penitenciária .....	673
41.4.2	Conversão da medida restritiva para medida detentiva e desinternação progressiva.....	673
41.5	Natureza da decisão que impõe a medida de segurança .....	674
41.6	Prazo de duração da medida de segurança .....	675
41.6.1	Prazo mínimo .....	675
41.6.2	Prazo máximo.....	676
41.7	Pressupostos para a aplicação da medida de segurança .....	678
41.7.1	1º pressuposto – a prática de conduta típica e ilícita .....	678
41.7.2	2º pressuposto – não estar extinta a punibilidade.....	679
41.7.3	3º pressuposto – a periculosidade .....	680
41.8	Sistema de aplicação de medidas de segurança aos semi-imputáveis.....	680
41.9	Detração e medida de segurança .....	682
41.10	Prescrição da medida de segurança .....	683
41.10.1	Prescrição das medidas de segurança aplicáveis aos semi-imputáveis..	684
41.10.2	Prescrição das medidas de segurança aplicáveis aos inimputáveis..	685
41.11	Indulto e medidas de segurança .....	687
41.12	Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança.....	688

41.13	Aplicação da medida de segurança em segunda instância em recurso exclusivo do réu e a superação da Súmula nº 525 do STF.....	689
41.14	Medida de segurança preventiva ou provisória.....	691
<b>42</b>	<b>Ação penal.....</b>	<b>693</b>
42.1	Definição.....	693
42.2	Natureza jurídica das normas que disponham sobre ação penal.....	693
42.3	Da legitimidade para a ação penal.....	694
42.3.1	Legitimidade ordinária.....	694
42.3.2	Legitimidade extraordinária.....	694
42.3.3	Legitimidade concorrente.....	695
42.4	Ação penal pública e ação penal privada: distinções.....	697
42.4.1	Legitimidade para o exercício do direito de ação.....	697
42.4.2	Exordial ou petição inicial.....	698
42.4.3	Oficialidade da ação pública.....	698
42.4.4	Obrigatoriedade × conveniência.....	698
42.4.5	Indisponibilidade da ação pública × disponibilidade da ação privada.....	699
42.4.5.1	Perdão do ofendido.....	699
42.4.5.2	Perdão × renúncia.....	700
42.4.5.3	Perempção.....	700
42.4.6	Indivisibilidade na ação penal privada.....	701
42.4.6.1	Indivisibilidade na ação penal pública.....	702
42.4.7	Intranscendência.....	703
42.5	Ação penal privada subsidiária da pública.....	703
42.6	Representação e requisição nos crimes de ação penal pública condicionada..	704
42.6.1	Prazo para a representação.....	704
42.6.2	Retratação da representação.....	704
42.6.3	Retratação da representação na Lei Maria da Penha.....	705
42.6.4	Requisição do Ministro da Justiça.....	705
42.7	Ação penal nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	706
42.8	Ação penal no crime de estelionato.....	707
42.9	Ação penal secundária.....	711
42.10	Ação penal de prevenção ou ação de prevenção penal.....	712
42.11	Ação penal <i>ex officio</i> .....	712
42.12	Ação penal extensiva no crime complexo.....	712

42.13	Ação penal originária .....	712
42.14	Ação penal pública subsidiária da pública .....	712
<b>43</b>	<b>Punibilidade .....</b>	<b>715</b>
43.1	Causas extintivas da punibilidade fora do rol do art. 107 do CP .....	716
43.2	Momento para a declaração de extinção da punibilidade .....	718
43.3	Momento da ocorrência das causas extintivas da punibilidade .....	719
43.4	Extinção da punibilidade e crimes conexos .....	719
43.5	Causas extintivas da punibilidade trazidas pelo rol do art. 107 do CP .....	721
43.5.1	Morte do agente .....	721
43.5.2	Anistia, graça e indulto .....	723
43.5.2.1	Anistia .....	723
43.5.2.2	Graça .....	724
43.5.2.3	Indulto .....	725
43.5.3	Indulto humanitário .....	728
43.5.4	Natureza jurídica da decisão que concede o indulto .....	729
43.5.5	Indulto e medidas de segurança .....	730
43.5.6	Indulto e crimes hediondos .....	730
43.6	<i>Abolitio criminis</i> .....	731
43.7	Prescrição .....	731
43.8	Decadência .....	731
43.9	Perempção .....	732
43.10	Renúncia ao direito de queixa .....	735
43.11	Perdão do ofendido .....	736
43.12	Retratação do agente .....	737
43.13	Perdão judicial .....	738
<b>44</b>	<b>Prescrição .....</b>	<b>741</b>
44.1	Conceito de prescrição .....	741
44.2	Hipóteses de imprescritibilidade .....	742
44.3	Prescrição e decadência .....	743
44.4	Fundamentos da prescrição .....	744
44.4.1	Segurança jurídica .....	744
44.4.2	Inércia estatal .....	745
44.4.3	A importância da proximidade entre o delito e a imposição da pena ..	745

44.5	Espécies de prescrição.....	745
44.6	Prescrição antes do trânsito em julgado da condenação (prescrição da pretensão punitiva) .....	746
44.6.1	Efeitos do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva.....	746
44.6.2	Início de contagem da prescrição da pretensão punitiva .....	747
44.6.3	Outras regras de início de contagem de prescrição .....	752
44.6.4	Cálculo do tempo da prescrição da pretensão punitiva .....	752
44.6.4.1	Prescrição na Lei de Drogas .....	755
44.6.4.2	Prescrição no Código Penal Militar .....	755
44.6.5	Causas de suspensão da prescrição da pretensão punitiva .....	755
44.6.5.1	Causas de suspensão da prescrição da pretensão punitiva fora do art. 116 do Código Penal .....	758
44.6.6	Causas de interrupção da prescrição punitiva.....	761
44.6.6.1	Interrupção pelo recebimento da denúncia ou da queixa..	761
44.6.6.2	Recebimento em segundo grau de jurisdição .....	763
44.6.6.3	Denúncia recebida por juízo incompetente .....	763
44.6.6.4	Recebimento anulado.....	764
44.6.6.5	Aditamento da denúncia ou da queixa .....	764
44.6.6.6	Interrupção pela pronúncia.....	764
44.6.6.7	Hipótese de absolvição ou desclassificação em plenário..	764
44.6.6.8	Pronúncia em sede de apelação .....	764
44.6.6.9	Desclassificação na fase de pronúncia .....	765
44.6.6.10	Interrupção pela decisão confirmatória da pronúncia ..	765
44.6.6.11	Interrupção pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis .....	765
44.6.6.12	Acórdão confirmatório de condenação .....	765
44.6.6.13	Sentença confirmatória reformada.....	767
44.6.6.14	Sentença que concede perdão judicial .....	767
44.6.6.15	Acórdão condenatório sujeito a embargos infringentes ..	767
44.6.7	Extensão das causas interruptivas .....	768
44.6.8	Prescrição retroativa .....	769
44.6.8.1	A quem cabe o reconhecimento da prescrição retroativa?..	771
44.6.8.2	Ainda há prescrição retroativa? .....	772
44.6.9	Prescrição intercorrente ou superveniente: conceito e início de contagem.....	773
44.6.10	Períodos prescricionais da pretensão punitiva .....	776



44.7	Prescrição depois do trânsito em julgado da condenação (prescrição da pretensão executória).....	777
44.7.1	Prazos.....	777
44.7.2	Competência e efeitos do reconhecimento da prescrição da pretensão executória .....	777
44.7.3	Início de contagem da prescrição da pretensão executória .....	778
44.7.3.1	Prescrição da pretensão executória iniciada do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para a acusação (art. 112, I, primeira parte) .....	778
44.7.3.2	Prescrição da pretensão executória iniciada a partir da decisão que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional (art. 112, I, segunda parte)..	781
44.7.3.3	Do dia em que se interrompe a execução, salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena.....	782
44.7.4	Reflexos da reincidência na contagem da prescrição da pretensão executória .....	783
44.7.5	Causa de suspensão da prescrição da pretensão executória .....	783
44.7.6	Causas de interrupção da prescrição da pretensão executória.....	784
44.7.6.1	Pelo início ou continuação do cumprimento da pena...	784
44.7.6.2	Interrupção pela reincidência .....	786
44.7.7	A não extensão das causas de interrupção da prescrição executória..	787
44.8	Redução dos prazos prescricionais.....	787
44.9	Prescrição da pena de multa.....	789
44.9.1	Prescrição da pretensão punitiva da pena de multa.....	789
44.9.2	Prescrição da pretensão executória da pena de multa.....	790
44.10	Prescrição e atos infracionais .....	791
44.11	Prescrição virtual.....	795
44.12	Prescrição e detração.....	796
44.13	Prescrição da falta grave .....	797
	<b>Referências.....</b>	<b>799</b>